

075

REPUBLICA
PORTUGUESApdm - 7.ª revisão
discussão pública

a preencher pelos serviços

data de entrada:

N.º:

1. Identificação do Requerente

1.1. Nome

Herdeiros de D. Maria Vitoria de Brito Peixoto Sanguinetti e Bourbon
Bobone1.2 Bilhete Identidade /
Cartão Cidadão1.3 Identificação
Fiscal

700772782

1.4 Morada

Av. Fernão Magalhães, 495, 2º, C, 3000-107 COIMBRA

1.5 Endereço eletrónico

guerra.pratas-
1347c@advogados.oo.pt1.6 Contacto
telefónico

239825203

2. Local de consulta do Plano

2.1 Internet

☒

2.2 Divisão de Planeamento

☐**3. Identificação da Sugestão / Reclamação**

3.1 Freguesia

Santo António dos Olivais

3.2 N.º Processo na
Câmara
(se aplicável)**4. Elementos em anexo**

4.1 Planta de localização

☒

4.2 Outros (indique quais)

Levantamento topografico

Recebido em 6.08.2013
22:05h

5. Observação ☐ Sugestão ☐ Reclamação ☒ Pedido de esclarecimento ☐

(Efetuada no âmbito da discussão pública da proposta da 1ª revisão do PDM de Coimbra, em conformidade com o disposto no artigo 77º do D.L. nº 380/99, de 22 de setembro, na redação que lhe foi conferida pelo D.L. nº 46/2009, de 20 de fevereiro)

Ao Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra,

Herdeiros de Maria Vitória de Brito Peixoto Sanguinetti e Bourbon Bobone, proprietários do prédio rustico inscrito com o nº2598 na matriz rustica, com a área de 228 686m2, da freguesia de Santo Antonio dos Olivais, localizado no lugar da Quinta da Portela, conforme planta topográfica que se anexa, vêm

Reclamar,

da alteração proposta ao PDM de Coimbra, que prevê que uma área importante da referida parcela se encontra em zona V1, "Zonas Verdes de Uso Público", na Planta de Ordenamento da Cidade de Coimbra, com o seguinte fundamento:

1 – A referida zona V1, "Zonas Verdes de Uso Público", estão descritas na Secção V, subsecção I, '*Áreas verdes de recreio e lazer*';

1.1 – A '*Caracterização e regime de intervenções*' descritas no artigo 102º, são as seguintes :

1.1.1 - No nº1 : " **As áreas verdes de recreio e lazer correspondem aos jardins e parques urbanos de maior dimensão existentes e a áreas que se pretende venham a adquirir estas características.**"

1.1.2 – No nº 2 : " **As intervenções nos jardins e parques urbanos existentes devem ter em atenção as respetivas características originais e contribuir para a preservação da identidade e memória desses espaços.**"

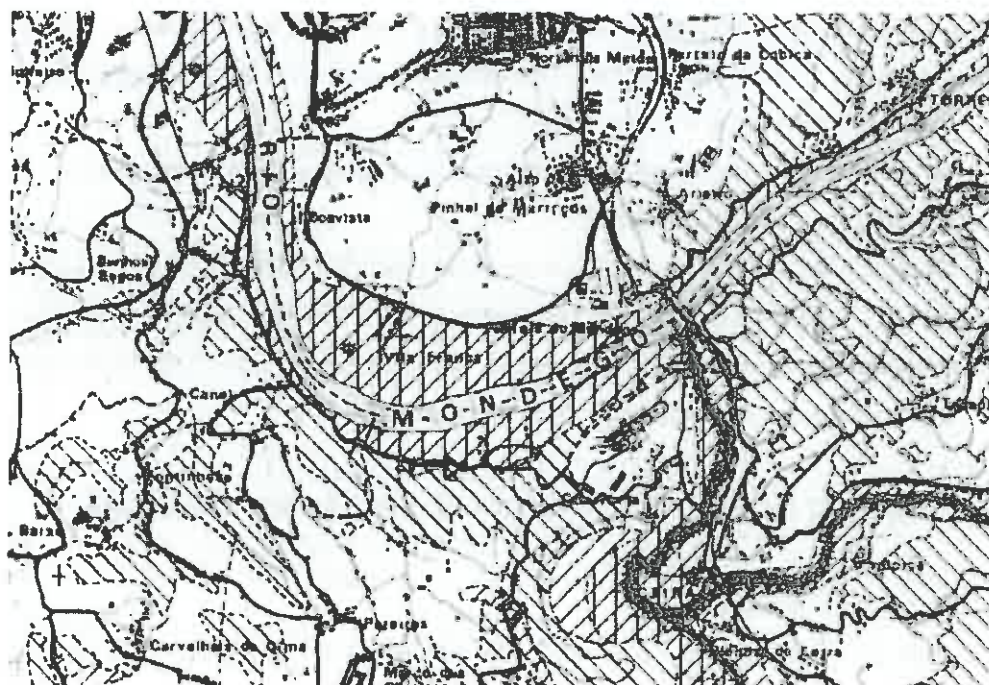
1.1.3 – No nº 3 : " **A conceção de novos jardins e parques urbanos deve promover a sua resiliência, utilizando pavimentos permeáveis, uma modelação de terreno que permita a infiltração *in situ* e uma estrutura de vegetação adaptada às condições edafo-climáticas locais, numa perspetiva de redução dos custos de instalação e manutenção, e contribuir para o aumento da biodiversidade.**"

1.2.1 – No nº1 : **“As áreas verdes de recreio e lazer podem integrar Infraestruturas de apoio ao recreio e lazer, incluindo estabelecimentos de restauração e bebidas, equipamentos de carácter lúdico associados à cultura, ao turismo e à ciência, e equipamentos desportivos.”**

1.2.2 – No nº2 : “ Estas áreas podem, ainda, acolher iniciativas de agricultura urbana, com vista ao aumento da produção alimentar à escala local, contribuindo para a coesão social e reforçando os níveis de autossuficiência e a resiliência urbana.”

Acontece que esta área se encontra inserida na Reserva Ecológica Nacional (REN), com a localização indicada de :

- Leitos dos cursos de água e zonas ameaçadas pelas cheias do Rio Mondego;
- Áreas de Infiltração máxima;



Extracto do cartograma nº4 da REN

Ora, encontramos-nos perante um *contra sensu*, isto é, as coisas contrárias não podem existir ao mesmo tempo!

Porquanto,

- O rio Mondego neste troço, tem o caudal de cheias regularizado a montante pela barragem da

Aguieira e a jusante pela Ponte Açude;

- De acordo com o estabelecido no Decreto Lei nº239/2012 de 2 de Novembro, que estabelece o Regime Jurídico da REN, o numero 2, da alínea c) **Zonas ameaçadas pelas cheias**, secção III – Áreas de prevenção de riscos naturais, do Anexo 1, referido no artigo 4º, e que fornece as definições e critérios de cada uma das áreas, alterou a metodologia da delimitação destas zonas e passou a ter a seguinte redacção :

“A delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias é efetuada através de modelação hidrológica e hidráulica que permita o cálculo das áreas inundáveis com período de retorno de 100 anos da observação de marcas ou registos de eventos históricos e de dados cartográficos e de critérios geomorfológicos, pedológicos e topográficos.”

Ora, acontece que não existe qualquer estudo de modelação que suporte esta delimitação, junto aos estudos do PDM.

Por outro lado a designação : **“Áreas de Infiltração máxíma”**, está há muito ultrapassada, pois o conceito de infiltração caiu em desuso e passou a adoptar-se o conceito de **recarga**. (ver *Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis Integrados na Região Hidrográfica 4.*, pag. 121).

A delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) compreende dois níveis: o nível estratégico e o nível operativo.

Os dois níveis são concretizados tendo em atenção o Decreto-Lei 166/2008, de 22 de agosto. Até à publicação do nível estratégico da REN, as delimitações de REN seguem os procedimentos constantes do artigo 3.º do Decreto-Lei 93/90, de 19 de março, estando sujeitas a pronúncia da Comissão Nacional da REN (CNREN).

O QUE DETERMINA A NULIDADE DA REFERIDA CLASSIFICAÇÃO.

Mais se acrescenta,

Que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012, que aprova **“as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, que consubstanciam as diretrizes e critérios para a delimitação das áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional (REN) a nível municipal, anexas à presente resolução e que dela fazem parte integrante”**, define na Secção III – Critérios para a delimitação,

2 — Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre;

2.1 — Cursos de água e respetivos leitos e margens;

Da seguinte forma : **“.....As margens correspondem a uma faixa de terreno contígua ou sobranceira à linha que limita o leito das águas, com largura legalmente estabelecida, nelas se**

incluindo as praias fluviais.

A definição da margem tem por base o disposto na Lei da Água, aprovada pela Lei n.º58/2005, de 29 de dezembro, podendo tomar o valor de 50 m, 30 m ou 10 m, consoante respeite a águas navegáveis ou flutuáveis sujeitas à jurisdição das autoridades marítimas ou portuárias, restantes águas navegáveis ou flutuáveis, ou águas não navegáveis nem flutuáveis.....A largura da margem conta -se a partir da linha limite do leito."

2.1.2 — Objetos de aplicação específica

A área geográfica do Centro inclui a totalidade das bacias hidrográficas dos rios Mondego

No caso deste troço do rio Mondego a largura definida para a margem é de 30 metros.

Qualquer uso público do espaço vai colocar em causa a sustentabilidade ambiental das captações de água do Mondego, que estão protegidas através da Portaria n.º 924/2009, de 30 de setembro, que aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações de água subterrânea da empresa Águas do Mondego, S. A., designadas por captações da Boavista, que consistem em dois poços com drenos horizontais denominados PDH1 e PDH2 e dois furos verticais designados por AC1 e AC2, que captam no aquífero aluvionar do Mondego.



Base: Extracto da Carta Militar n.º 241 dos S. C. E.

Nesta conformidade solicita-se a alteração de classificação e uso aqui descrita, isto é na

margem do rio uma faixa delimitada com 30 metros de largura, integrada na REN, e a restante área ser considerada Espaço Agrícola

E.D.

Junta : Planta topográfica

